

DESENVOLVIMENTO, LIBERDADE E GÊNERO: EXPERIÊNCIAS *TRANS*

DEVELOPMENT, FREEDOM AND GENDER: TRANS EXPERIENCES

Tuanny Soeiro Sousa*

RESUMO: Intenta-se fazer um exame acerca de como a categoria gênero influencia no processo de desenvolvimento, partindo do conceito de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. Tendo em vista essa finalidade, analisam-se as principais violações de direitos humanos sofridas por travestis e transexuais em decorrência da construção identitária feminina e masculina em contraste com as normas sociais que instituem posições hierárquicas de homens e mulheres como constituintes das categorias macho e fêmea, ou seja, conflitos constituídos no bojo das relações de gênero. O presente estudo é resultado de revisão bibliográfica e análise de dados relativos à violência homofóbica praticada contra experiência *trans*.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Gênero. Identidade *trans*. Homofobia.

ABSTRACT: This essay seeks to make an examination on how the gender category influences in the development process, based on the concept of development as freedom by Amartya Sen. In view of this purpose, we analyze the main human rights violations suffered by travesties and transsexuals due to the female and male identity construction in contrast to social norms establishing hierarchical positions of men and women as constituents of male and female categories. In other words, conflicts made in the wake of gender relations. This study is the result of a literature review and analysis of data on homophobic violence against trans experience.

Keywords: Development. Gender. Trans identity. Homophobia.

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 LIBERDADE: OS FINS E OS MEIOS DO DESENVOLVIMENTO; 3 UMA QUESTÃO DE GÊNERO; 4 TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE: EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS ININTELIGÍVEIS; 5 DADOS EMPÍRICOS: A EXPERIÊNCIA TRANS TEM LIBERDADE? 6 CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

* Mestra em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora de Direito no Instituto Florence de Ensino Superior (IFES). São Luís – Maranhão – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de realizar uma análise acerca dos impactos que o gênero pode trazer para o desenvolvimento. Para tanto, parte-se da ideia construída pelo economista Amartya Sen de que o fundamento intrínseco do desenvolvimento está ligado às liberdades substantivas que possibilitam aos indivíduos levarem a vida que valorizam, tendo como meio outras liberdades instrumentais inter-relacionadas que servem não só para a avaliação do desenvolvimento, como principalmente, para a conquista de seu objetivo essencial: o bem-estar das pessoas.

O conceito de gênero aqui utilizado é proveniente da Teoria *Queer*, que tem como destaque a filósofa americana Judith Butler e que, desde o final dos anos 1980, tem problematizado a cristalização das identidades de homens e mulheres como derivadas das categorias macho e fêmea; além de denunciar que a construção e a demarcação fixa dessas subjetividades são as responsáveis não só pela hierarquização dos papéis sociais, como também por toda exclusão que vivenciam os sujeitos que não constituem identidades em consonância com as normas que definem os espaços de normalidade e anormalidade.

Com a finalidade de demonstrar como o gênero influencia na aquisição de liberdades instrumentais e, conseqüentemente, de liberdades substanciais que permitem que os indivíduos vivam a vida que valorizam, pretende-se analisar as principais violações de direitos humanos que experienciam travestis e transexuais. A escolha da transexualidade e da travestilidade como experiência identitária é uma tentativa de visualizar os padrões normativos do gênero funcionando em toda a sua radicalidade de abjeção.

Este artigo se divide em quatro partes estratégicas, iniciando o primeiro tópico com o exame da teoria do “desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen, prosseguindo com os conceitos de gênero e de transexualidade/travestilidade, para enfim tratar dos principais tipos de violações pelos quais passam travestis e homens e mulheres transexuais.

2 LIBERDADE: OS FINS E OS MEIOS DO DESENVOLVIMENTO

Em geral, acredita-se que o desenvolvimento de determinado Estado esteja diretamente ligado ao crescimento do PIB, ao aumento de renda, à industrialização, ao avanço tecnológico e à modernização social. Partindo dessa perspectiva mais economicista, o Brasil apresenta taxas significantes de desenvolvimento, exibindo, em apenas 10 anos (2001-2012), um crescimento de 29% em seu Produto Interno Bruto (BRASIL, 2014). Entretanto, no que tange ao desenvolvimento humano, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração outras variáveis como o nível de escolaridade, saúde, e expectativa de vida, o Brasil ocupa a colocação de 75º lugar no *ranking* mundial, em especial pelas grandes disparidades sociais e econômicas a que seus cidadãos estão submetidos (PNUD, 2015).

Levando isso em consideração, será que um país pode ser considerado desenvolvido quando apresentar taxas crescentes de Produto Nacional Bruto, ao mesmo tempo em que sua população não dispõe de bem-estar? Qual a relação do desenvolvimento de um Estado com a capacidade de atuação social de seus cidadãos? Que fatores importam para o processo de desenvolvimento? Ou melhor, qual o fundamento do desenvolvimento?

A perspectiva aqui adotada vê o desenvolvimento menos como um processo eminentemente econômico e como um fim em si mesmo a que os Estados estão obrigados a perseguir. Entende-se que o processo de expansão de liberdade de seus cidadãos é o ponto de destaque não só na avaliação da eficácia do desenvolvimento, como também no seu escopo intrínseco e na sua razão de ser, ideia defendida por Amartya Sen (2010a) Sen e Kliksberg (2010b).

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então ela deve ser vista como uma finalidade e não só somente como um meio. Nesse caso, o desenvolvimento dependerá da remoção das principais fontes de privação de necessidades, como por exemplo, a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligências do serviço público, intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Em suma, o desenvolvimento está relacionado à melhora de vida e das liberdades que as pessoas podem substancialmente gozar.

Mas por que exatamente a renda não pode medir o grau de liberdade e consequentemente o nível de desenvolvimento de determinado local geográfico? Sen (2010a) explica que a relação entre riqueza e realizações não é completamente inexistente, uma vez que estas podem depender daquela para acontecer, mas também estão sujeitas a outras circunstâncias. A riqueza não é desejada por ser um fim em si mesmo, mas porque é um meio eficaz de dar liberdade para que se possa levar o tipo de vida que os indivíduos têm razão para valorizar. Nesse sentido, “a utilidade da riqueza está nas coisas que elas nos permitem fazer – as liberdades substantivas que elas nos ajuda a obter” (SEN, 2010a, p. 28), mas isso não significa que ela seja exclusiva ou uniforme.

Justamente por esse motivo que Sen e Kliksberg (2010b) chama a atenção para que a pobreza seja vista a partir dos seguintes pontos: 1) vidas diminuídas; 2) existência agonizante; 3) mortes fora de hora. Renda e bens são instrumentos que ajudam a proporcionar uma vida boa. Ainda assim, qualidade de vida deve ser medida com que se possa fazer e ser, e o cálculo do seu valor deve ser mensurado pelas coisas que se pode realizar enquanto os indivíduos são vivos. A riqueza é apenas uma das possíveis variáveis que podem impactar a qualidade de vida das pessoas. Outras condições físicas e sociais podem adentrar essas variáveis. A desigualdade e a mortalidade, por exemplo, também devem ser verificadas por meio de indicadores de gênero e raça, que demonstram que o preconceito pode fazer com que haja diminuição da expectativa de vida. Para solucionar esse conflito, deve-se investir em educação, em especial das mulheres e das raças que vivenciam a violência racista.

Para Sen (2010a), a liberdade é um constituinte básico, e a capacidade pode ser ampliada por políticas públicas, da mesma forma que essas mesmas políticas podem ser impulsionadas pela liberdade; trata-se de uma via de mão dupla e por isso deve ser compreendida tanto pelo seu papel instrumental, quanto pela sua finalidade.

O êxito de uma sociedade deve ser avaliado com base nas liberdades substantivas que seus indivíduos possuem. “Ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos” (SEN, 2010a, p. 33). A liberdade não é somente avaliativa,

mas é determinante crucial da iniciativa individual e da eficácia social, o que significa dizer que o grau de liberdade que um indivíduo tem importa no seu potencial para cuidar de si e das questões que importam para todo o processo de desenvolvimento. A condição de agente de alguém, portanto, está diretamente relacionada à sua capacidade de atuar nos processos que envolvam mudança, ao mesmo tempo em que as suas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores.

A liberdade como um fim em si mesmo pressupõe a liberdade no enriquecimento, que pode atuar evitando privações e possibilitando que todos tenham participação política e liberdade de expressão. Logo, essa liberdade instrumental evidencia que diferentes tipos de liberdades apresentam inter-relações que contribuem para que novos tipos possam ser constituídos. Sen (2010a) enumera cinco tipos não fechados instrumentais: liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e segurança protetora.

O crescimento econômico pode possibilitar que a renda privada cresça, ampliando consigo a capacidade de realização das pessoas. Além disso, também pode ajudar a financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa, ou seja, permitindo a expansão de serviços sociais. Da mesma forma, o desenvolvimento de educação pública, serviço de saúde e de uma imprensa livre, podem fazer com que a economia cresça, e com ela, menos pessoas morram. A diminuição da taxa de mortalidade pode fazer com que haja uma diminuição na taxa de natalidade, reforçando a educação sobre o comportamento das taxas de fecundidade.

O Japão é um exemplo explícito de como essas relações funcionam, uma vez que “o milagre do Leste Europeu”, em grande medida, se deu em decorrência da promoção de desenvolvimento humano nessa região, muito antes da iniciação do processo de industrialização. “Essas economias buscaram comparativamente mais cedo a expansão em massa da educação e, mais tarde, também os serviços de saúde, e fizeram, em muitos casos, antes de romper os grilhões da pobreza generalizada” (SEN, 2010a, p. 62)

Para além das privações econômicas, a liberdade também pode ser restringida pela carência de acesso à saúde, saneamento básico e água tratada, que são

necessidades ligadas à vida e por isso basilares para que os indivíduos persigam os meios para que outras liberdades sejam alcançadas.

A educação também é uma ferramenta de empoderamento fundamental, uma vez que possibilita tanto que as pessoas possam identificar os caminhos que podem percorrer para conseguirem concretizar suas realizações, como também permite que esses sujeitos possam compor uma base informacional ampla que ajuda, por meio de cálculos, escolher metas que beneficiem suas escolhas individuais e sociais.

As liberdades civis e políticas são imprescindíveis para que as pessoas possam obter poder para determinar quem deve governar e com base em que princípios, somando a isso a oportunidade de fiscalizar e cobrar autoridades.

O gênero pode ser citado como outro importante fator de privação de liberdades, em especial por dois aspectos: diminuição de vidas; e restrição de liberdades substantivas. A desigualdade proveniente dos posicionamentos sociais hierarquizados de homens e mulheres pode ser citada como um fator de engendramento de violências físicas, simbólicas e fatais que permeiam grande parte dos contextos do mundo, tanto ocidentais, quanto orientais.

O movimento feminista dos anos 1960, tanto nos Estados Unidos, quanto na França, tentou compreender como as relações entre homens e mulheres eram constituídas dentro de posições sociais hierarquizadas e opressoras. Entretanto, os primeiros estudos estiveram atrelados às análises marxistas, e a partir de uma perspectiva materialista, o feminismo socialista chegou à conclusão que o patriarcado – contexto universal de subordinação das mulheres – só poderia ser superado por meio da revolução do proletariado e do fim da divisão de classes (PISCITELLI, 2014).

Essa foi uma vertente bastante criticada pelos estudos posteriores, principalmente porque a divisão de classe não consegue explicar como a divisão sexual do trabalho, de fato, acontece, e como a opressão das mulheres consegue sobreviver nos contextos socialistas. O feminismo precisou de uma perspectiva menos economicista para compreender que o gênero é uma categoria de análise que, apesar de estar relacionada à raça, à classe social, e à regionalidade, se constitui de conflitos próprios de poder, como será explanado melhor no próximo tópico (SCOTT, 2014).

Por enquanto, importa saber que o gênero é fundamental para determinar locais sociais, e não somente dos homens e mulheres, como também dos indivíduos que não experienciam as suas identidades em conformidade com as normas de inteligibilidade sexo/gênero, como travestis e transexuais. Da mesma forma que algumas mulheres são oprimidas, mortas, violentadas e não gozam de liberdade alguma para concretizar a vida que valorizam, a transexualidade e a travestilidade, como experiências identitárias de gênero, também estão sujeitas tanto à violência física e simbólica, como também à segregação que reservam a travestis e mulheres e homens transexuais lugares inóspitos e inabitáveis da vida social.

Se a vida, a educação, o empoderamento político, a capacidade de gerar renda, dentre outros fatores podem, e são, influenciados pelas relações de gênero, significa dizer que ele deve ser levado em consideração para a análise do desenvolvimento sob a perspectiva de concretização de liberdades instrumentais e finalísticas. Compreender como funcionam as tecnologias que criam desigualdade entre os sujeitos que atuam dentro dos discursos de gênero – porque é impossível fugir dele – é também desvendar uma faceta importante acerca de como as liberdades são restringidas e quais os mecanismos que podem ser avaliados para que a abjeção seja extinta nesse contexto específico.

3 UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Salih (2012) explica que a teoria *queer* nasceu de uma aliança de estudos feministas, pós-estruturalistas e psicanalistas que vinham incentivando a investigação acerca da categoria sujeito. A expressão *queer* é uma apropriação de um termo utilizado para ofender e insultar; em português, poderia se aproximar das palavras “bicha” ou “veado”, constantemente utilizadas como forma de afrontar *gays*. Esse movimento é caracterizado principalmente pela indefinição e instabilidade, e está mais preocupado em perturbar estruturas definidoras e fixas do que reconstruí-las.

Enquanto o sujeito mulher, a fêmea e o sujeito *gay* e lésbico foram, por muito tempo, constituídos no bojo dos estudos feministas, *gays* e lésbicos como pressupostos, os estudos *queer* têm tentado desconstruir essas categorias e

afirmá-las como indeterminadas e instáveis. O seu contexto de surgimento está diretamente ligado ao vírus da AIDS e às reações dos defensores da “cultura hétero” contra *gays*, no que ainda é pregado como “praga *gay*”. Logo, os empreendimentos dos escritos *queer* estão firmados na investigação e nas formulações da normalidade para revelar que todas as identidades, inclusive aquelas definidas como normais e legítimas, são constituídas pelas mesmas normas e discurso que engendram as subjetividades desviantes (SALIH, 2012).

De acordo com Bento (2006), os estudos *queer* partem dos seguintes pressupostos: a sexualidade como dispositivo; o caráter performativo das identidades de gênero; o alcance subversivo das *performances* de gênero; e o corpo como um biopoder fabricado por tecnologias precisas.

Foucault (2009) rejeita a ideia de que a sexualidade, na modernidade, tenha sido controlada por meio de interdição e silêncio. Pelo contrário, ao invés de calados, o sexo e a sexualidade foram incitados e colocados em discurso por toda uma aparelhagem. Menos que uma teoria sexual, o sexo foi fonte de análises, cálculos, contabilidade e classificação. Surge discursivamente no momento em que a dinâmica de poder se transforma, no instante em que a vida, mais que a morte, é descoberta como instrumento de controle eficaz, e as dinâmicas das populações são colocadas como ponto central de preocupação. Agora o sexo passa a ser considerado como uma categoria de utilidade pública que deve ser regida e controlada para o bem e a felicidade de todos. É dentro desse contexto que o autor compreende a sexualidade como um dispositivo, ou seja:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2010, p. 244).

O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre ligado a configurações de saber que dele nasce e que igualmente o condiciona (FOUCAULT, 2010, p. 246). O contexto específico de poder aqui visualizado

é o biopoder, exercido sobre a vida de duas formas: por meio do corpo máquina, assegurado por procedimentos que caracterizam as disciplinas (adestramento, ampliação de forças, extorsão de aptidões, crescimento de sua docilidade e utilidade); e corpo espécie, esse corpo transpassado pela mecânica do ser vivo (proliferação, nascimentos, mortalidade etc.) que deve sofrer intervenções de controle e regulação: uma biopolítica das populações. A sexualidade é, ao mesmo tempo, a chave da individualidade e tema de operações políticas, e por isso um ponto central de investimento em tecnologias que combinam táticas de disciplina e regulação (FOCAULT, 2009).

Partindo desse pressuposto, Weeks (2010) descreve como a heterossexualidade foi institucionalizada e transformada em matriz de normalidade na modernidade. A norma heterossexual foi criada a partir da definição de homossexualidade e dela dependente, uma vez que a demarcação da norma e a definição que constitui a normalidade estão inextricavelmente ligadas. O autor narra que as tentativas dos sexólogos em definir as características básicas do que seja a masculinidade e a feminilidade normais (características dos homens e mulheres biológicos) e catalogação infinita de práticas sexuais hierarquizadas por meio da normalidade e anormalidade foram indispensáveis para que essa institucionalização compulsória da heterossexualidade fosse constituída.

Se fundamentando na ideia de que a cultura heterossexual e heterossexista estabelece as normas pelas quais o gênero é criado e perpetuado dentro dessa matriz, ao mesmo tempo em que o sexo é naturalizado e materializado no corpo como efeito de poder, Butler (2003 ; 2010) desenvolve um conceito que vai ser crucial para compreender como as identidades sexuais e de gênero trabalham para instituir a heterossexualidade compulsória. Duas ideias são centrais no pensamento da autora, dentre elas: o gênero é pensado como sendo uma sequência de atos performativos; depois, não existe diferença crucial entre sexo e gênero, no final das contas, o sexo se mostra como sendo gênero desde o início.

Partindo do pensamento beauvoiriano de que a mulher é um tornar-se¹, Butler (2003) abandona completamente a ideia de que o gênero possa ser ontologia para compreendê-lo como um processo que não tem origem nem fim, e

1 “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2000, p. 9).

que é uma coisa que os indivíduos fazem, não algo que são. Por isso mesmo é entendido como uma sequência de atos performativos. Logo, de acordo com essa teoria, o sujeito mulher não existe em si mesmo, ele é uma construção que não se cristaliza nunca. Por esse motivo, a autora se recusa a trabalhar com o sujeito essencializado do feminismo, ainda que por questões políticas; considera mais eficiente e menos paradoxal deslocar as categorias “homem”, “mulher”, “macho” e “fêmea”, demonstrando como são construídas no interior de uma matriz heterossexual.

Ao se referir ao sexo, Butler (2003; 2010) também o compreende como socialmente construído. O material do corpo é discursivo, o que significa dizer que não existe matéria sem discurso (frise-se que Butler não afirma a inexistência do corpo, apenas entende que não pode ser apreendido sem interpretação). Esse sexo a que a autora se refere pode ser percebido como a identidade sexualizada, aquela que é atribuída a homens e mulheres como portadores de genitálias masculinas e femininas em razão do nascimento. Logo, se esse sexo é atribuído ele não pode ser natural.

Quando o médico proclama que alguém “é uma menina”, não está simplesmente anunciando e descrevendo um fato, mas iniciando um processo inter-relativo que inaugura todo um trâmite de tornar-se uma menina; um processo baseado em diferenças percebidas e impostas entre homens e mulheres. É nesse sentido que o sexo, como o gênero, também vai ser considerado performativo, na medida em que para dar contorno aos corpos e ganhar o *status* de materialidade, precisará ser muitas vezes reiterado para ganhar legitimidade. A análise da artificialidade do corpo significa abrir mão da dicotomia existente entre sexo e natureza para fazer ressurgir as tecnologias sofisticadas que produzem esse mesmo corpo. Todas as crianças estão subjugadas a essa fabricação de gênero, em que os discursos investirão na preparação se sua estilização para que os papéis sejam exercidos com êxito.

A naturalização do sexo é uma estratégia de poder altamente eficaz que cristaliza a identidade em um corpo aparentemente pré-discursivo e com isso cria a inteligibilidade de gênero a serviço do imperativo heterossexual.

Mas qual a relação do sexo com o gênero, já que inexistente a distinção natureza *versus* cultura? Butler (2003) sugere que o gênero produz ele mesmo o sexo,

que aparentemente o funda. O gênero é o aparelho de produção do sexo e o efeito desse aparelho, ou seja, efeito performativo, na medida em que se determina, se constrói e se estabiliza a partir da repetição de normas reguladoras. O gênero ganha vida a partir de uma estilística definida como apropriada, isto é, por meio de roupas, gestos, comportamentos; sinais exteriores que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. São essas citações continuadas que criam e sedimentam as normas de gênero com uma aparente a-historicidade, *locus* de sedimentação da identidade. E assim, ao longo da vida, inúmeras instituições – como a família, a escola, a igreja, as ciências – trabalham para tentar materializar o corpo por meio de reiterações que cristalizam as posições de feminino e masculino como se fossem categorias legítimas e impermeáveis das fêmeas e dos machos. Agir como homens e mulheres é fazer funcionar todo um conjunto de verdades acerca de como a natureza produz essas subjetividades.

Como é possível perceber, as normas de gênero precisam ser reiteradas para ganhar os contornos que tornam a identidade fixa. Isso acontece porque uma única afirmação não possibilita a construção dessas categorias, o que significa dizer que existem brechas que podem subverter esses imperativos. A reinterpretação das normas de gênero pelas identidades ininteligíveis destaca o caráter paródico da construção de todas as subjetividades, ao tempo em que permite que outras significações possam desestabilizar as fronteiras do que é considerado como feminino e masculino (BUTLER, 2003 ; 2010). Quando a experiência transexual afirma que um corpo macho pode constituir uma identidade feminina, comprova como a feminilidade é um produto de uma fabricação de atos estilizados. O processo de feminilização de travestis e mulheres transexuais não evidencia que a mulher transexual é uma paródia da “mulher-cis”, mas que todas as identidades femininas são paródicas, e a “verdadeira mulher” é apenas uma categoria discursiva a que todos tentam alcançar por meio da estilização.

Os deslocamentos e os processos desconstrutivos realizados pela teoria *queer* são importantes para que se possa compreender que não existe natureza que determine o que seja uma mulher ou um homem; da mesma forma que não existe patologia que explique o que seja a transexualidade. Todas essas categorias são discursivamente construídas, e podem, da mesma forma, por meio de uma política *queer*, ser desestabilizadas e ressignificadas.

4 TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE: EXPERIÊNCIAS IDENTITÁRIAS ININTELIGÍVEIS

Na díade homem/mulher como atributos obrigatórios das categorias macho/fêmea, como compreender o encaixe de travestis e transexuais? Por quais espaços permeiam? *Homens de peito*? *Mulheres de pau*? Qual o gênero da travesti e da transexual? O que as diferencia?

Para compreender como as travestis transitam entre as normas de gênero, Kulick (2008) desloca a análise dos processos de assunção de um corpo sexuado, para o campo da sexualidade. De acordo com o autor, as travestis entendem a si e aos outros não a partir do sexo que carregam, mas a partir do papel sexual que os indivíduos desempenham uns com os outros. Categorias como macho/fêmea são anuladas pelas categorias ativo/passivo. Ser homem, nesse caso, está ligado à atividade de penetrar durante as relações sexuais, enquanto todas as outras classificações de gênero se determinariam pela assunção do papel passivo; pela espera de penetração do parceiro. Mulheres, travestis e *gays* femininos compartilhariam do mesmo gênero, apesar de não objetivarem desempenhar o papel uns dos outros; ou seja, a travesti não intenta ser uma mulher – subjetivamente são muito diferentes, ideia também defendida por Benedetti (2005).

Silva (2007), ao contrário de Kulick e Benedetti, classifica a travesti como uma mulher. O autor chama a atenção para o fato de que os indivíduos que legitimamente ocupam os papéis de homens e mulheres não estão preocupados em investir em técnicas que reforcem a feminilidade ou a masculinidade que exercem; suas forças estão concentradas em não ultrapassar as barreiras que definem aquilo que são. As travestis, ao contrário, por subverterem as normas de gênero, focam no processo que lhes reforçam a identidade *ilegítima*. Assim, é normal que lhes neguem o papel do feminino por apontar a artificialidade dos meios usados para que esse gênero seja fabricado. Entretanto, o autor ressalva o fato de que não existe processo verdadeiro para se alcançar a feminilidade; a própria identidade da mulher não passa de uma construção.

O conceito trazido por Duque (2011) parece conceber o fenômeno da travestilidade de maneira mais ampla, não só deduzindo que se trata da perseguição

do feminino por meio da montagem do corpo, mas também da desmontagem como estratégia de trânsito em um universo dotado de preconceito e violência.

Em geral, a transexualidade tem sido moldada pela negação da identidade travesti, principalmente pelos próprios movimentos coletivos de transexuais (TEIXEIRA, 2013). Leite (2011) esclarece que tanto o conceito de transexualidade quanto de travestilidade são derivados de categorias médicas. Enquanto a travestilidade esteve ligada a desvios sexuais que a determinavam como perversão, a transexualidade foi resignificada no contexto do biopoder como uma patologia que tem como sintomas angústia, tristeza e tendências à automutilação. Hoje, no Brasil, a transexualidade ainda é considerada como uma doença – a despeito dos movimentos de despatologização da experiência trans – e para se obter a cirurgia de redesignação sexual é necessário que o indivíduo tenha acompanhamento psicológico por, no mínimo, dois anos para obter o diagnóstico de *transexualismo*.

Bento (2006; 2008) assevera que a patologização da identidade trans é uma das muitas maneiras de reiterar as normas de gênero e reforçar o *status* de abjeção daqueles que as desvirtuam. Também explica que a transexualidade é uma experiência identitária que reinterpreta os discursos que constroem identidades femininas e masculinas. Esse é ponto de encontro entre o conceito de transexualidade e travestilidade, existindo confluências entre os limites que distinguem uma identidade da outra.

O Código Federal de Medicina, em diálogo com o CID e o DSM-IV, descrevem as transexuais como homens que possuem o cérebro feminino, sentem repulsão pelo órgão sexual, e atração por pessoas do mesmo sexo. A cirurgia de redesignação sexual é o tratamento recomendado para a *cura do transexualismo*. A distinção atribuída a transexuais e travestis se ancora bastante no entendimento de que as transexuais se sentem como se estivessem nascido no corpo errado e desejam *corrigir esse erro* da natureza por meio de intervenção cirúrgica. Entretanto, os trabalhos etnográficos parecem apontar que tanto a descrição do CFM, quanto a ideia de que transexuais sempre querem fazer cirurgia – ao contrário das travestis que não possuem problemas em relação ao seu órgão genital – não conseguem abarcar as reais diferenças entre uma categoria e outra. Existem

transexuais que não querem fazer a cirurgia e se identificam com a sexualidade homossexual. Outrossim, existem relatos de travestis que desejam realizá-la.

Os significados dados à transexualidade ou a travestilidade parecem decorrer tanto dos sentidos médicos iniciais que prometem devolver à transexualidade a cura do seu desvio – deixando a travestilidade à mercê dos códigos da moralidade –, quanto dos signos históricos que o Brasil foi designando a dar a cada um desses termos. A palavra travesti, desde 1920, era utilizada para classificar algumas figuras carnavalescas ou atores que se vestiam com roupas do gênero oposto (LEITE, 2011 ; SILVA, 2007). Como o teatro, nessa época, estava associado à marginalidade e prostituição, a figura da travesti foi constituída em coligação com essa mesma associação. A exclusão social contribuiu para que, desde a década de 1960, fosse consolidada essa imagem da travesti (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008 ; LEITE, 2011 ; SILVA, 2007).

A construção da transexualidade só começou a ser constituída e veiculada no Brasil na década de 1990 com o “fenômeno Roberta Close”. Roberta Close começou a fazer sucesso na década de 1980, e a partir de então, aparecia, quase cotidianamente, na mídia voltada para as classes médias e abastadas. Como não existia uma classificação para denominar Roberta – que era de classe média alta, bonita, e nunca teve a figura associada à criminalidade e prostituição – o conceito começa a ser importado para lhe dar nome (LEITE, 2011).

A constituição da identidade transexual hoje está diretamente ligada a essa necessidade de se distanciar dos símbolos negativos que envolvem as experiências travestis. Percebe-se, portanto, que essa diferenciação é chamada na medida em que as transexuais exigem que sejam diferenciadas para que não sofram os mesmos estigmas que as travestis. Na prática, não existe uma diferença nítida.

Apreende-se, portanto, que as travestis e transexuais parecem flutuar perante os papéis normatizados; e justamente por essa imprecisão que as coloca em um *lugar-nenhum* é que se tornam tão vulneráveis à estigmatização e à marginalização, uma vez que Butler (2010, p. 156) explica que a formação dos sujeitos exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo:

Essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não

pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da “abjeção” – e seu *status* para o sujeito – como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias de forma que a abjeção negada ameaçará denunciar as presunções autofundantes do sujeito sexuado, fundado como está aquele sujeito num repúdio cujas consequências não pode controlar.

Logo, para que o indivíduo adquira o *status* de sujeito, antes de qualquer coisa, a norma exige a identificação sexuada do mesmo. A partir do momento em que se transforma em *alguém*, a pessoa cria uma zona de exclusão, ou melhor, de separação entre o sujeito e o não sujeito, espaço esse denominado como zona de abjeção. O abjeto é designado por Butler (2010, p. 155) como as zonas “inóspitas” e inabitáveis da vida social, que são povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito.

Percebe-se que a matriz heteronormativa exige a instituição de posições discriminadas e assimétricas entre feminino e masculino, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de macho e fêmea. Essa mesma matriz requer ainda, que certas identidades não possam existir, isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não decorrem nem do sexo, nem do gênero. “Nesse contexto, ‘decorrer’ seria uma relação política de direito instituída pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade” (BUTLER, 2003, p. 39). Consequentemente, tanto o sexo, quanto o gênero e a sexualidade, não são aquilo que alguém tem ou a descrição estática daquilo que alguém é, mas sim, a norma regulatória pela qual o *alguém* se torna viável.

5 DADOS EMPÍRICOS: A EXPERIÊNCIA TRANSTEM LIBERDADE?

Sem dúvidas a renda pode ser apontada como uma base material que os indivíduos utilizam para gerar bem-estar. Entretanto, o uso dessa categoria material depende de várias circunstâncias sociais e pessoais, porque os indivíduos estão inseridos em contextos diversos e possuem características distintas. Imaginando duas pessoas que possuem a mesma quantidade material de renda,

é impossível generalizar o pensamento de que estão, de fato, compartilhando igualdade substantiva para transformar sua riqueza em realizações. Uma pessoa que possua uma deficiência ou alguma doença grave, ainda que seja dono de mais renda, poderá ter mais dificuldades em levar uma vida que valoriza do que alguém que esteja vivendo em um contexto de privações econômicas.

O enfoque sobre como as pessoas podem viver de fato leva em consideração os “níveis de vida” e a satisfação das necessidades básicas. Ou seja, a partir da perspectiva da liberdade, não basta apenas possuir bens, precisa-se das características pessoais relevantes que gerenciam esses bens na capacidade de promover objetivos. Esses funcionamentos podem depender de elementos como nutrição, doenças, poder de participação comunitária e respeito próprio (SEN, 2010a).

A análise desse trabalho se debruça sobre a ideia de que o gênero é uma categoria importante para promover e limitar algumas liberdades substantivas dos indivíduos. Como foi explanado no primeiro tópico, as liberdades instrumentais formam cadeias inter-relacionadas que permitem que sejam adquiridas em conjunto. Cabe perceber que a localização social decorrente das relações de gênero influencia no óbice da promoção de muitas dessas liberdades, e por isso deve ser levada em consideração em suas muitas facetas, para a avaliação do desenvolvimento, e para a medição do bem-estar dos sujeitos de determinado Estado, sua finalidade primordial.

A escolha por retratar a história de mulheres e homens transexuais e travestis é uma estratégia de demonstrar que o gênero pode gerar contornos radicais de exclusão, discriminação e violência, que se tornam impasses para a promoção de instrumentos viáveis que possibilite funcionamentos de liberdade que capacitam os indivíduos para levarem a vida que valorizam.

Para facilitar a compreensão dos muitos níveis de barreiras que o gênero gera na formação de conjuntos capacitórios que podem ser escolhidos para que se possa pôr em prática funcionamentos que representam as realizações efetivas, optou-se por retratar três tipos distintos de violência pelos quais sofrem travestis e transexuais, dentre eles, a violência física e letal, a violência na escola e a violência privada.

5.1 VIOLÊNCIA FÍSICA E VIOLÊNCIA LETAL

Tem-se, como se viu, a normatização dos papéis sexuais e a repressão por meio da abjeção dos gêneros que surgem na margem desse discurso. A violação brusca da norma binária heterossexual investe determinados indivíduos de uma personalidade de não humano, sendo valorados como monstros, anormais, sempre pejorativos em sua própria identidade por não seguirem as regras de inteligibilidade.

Essa zona de abjeção, além da própria exclusão, gera em determinados sujeitos um ódio explícito, persistente e generalizado, que pode ser manifestado por meio de violência verbal ou física contra o abjeto. Em termos objetivos, tal intolerância é comumente denominada como homofobia.

A palavra homofobia deriva do grego *homos* – “o mesmo” – e *phobos* – “ter medo de e/ou aversão a” – e, na perspectiva de Leony (2014), representa o medo e a opressão baseada na orientação sexual e na identidade de gênero do indivíduo, executados por preconceito, discriminação, abuso verbal e atos de violência.

Em conformidade com o pensamento de Leony, Leal *et al.* (2008) asseveram que a homofobia não é um sentimento que se limita ao medo, mas também abarca qualquer atitude de rejeição que tenha por base a negação de qualquer outra modalidade de desejo e prática sexual que não seja a heterossexual, monogâmica e reprodutivista. Para os autores, nascem dessa rejeição atitudes de violência física e simbólica, que são responsáveis por mortes e mutilações físicas e psicológicas de suas vítimas. Já nas palavras de Smigay (2002, p. 34 e 35): “na homofobia, se expressa o receio de uma possível homossexualidade no próprio sujeito homofóbico, como se sua identidade sexual não fosse suficientemente assentada e ele incorresse no risco de ver eclodir, em si, um desejo por outros homens”.

Seja por medo e rejeição às sexualidades não heterossexuais ou identidades de gênero ininteligíveis, ou mesmo por medo de manifestar o desejo homossexual, é certo que todos os autores explicitam que a homofobia se materializa pela violência, que, para Costa (1986), ocorre quando há o desejo de destruição.

A manifestação da homofobia, segundo Leal e Carvalho (2008), pode ser dividida em duas partes: uma individual, ou psicológica e outra social ou cognitiva. No primeiro caso, ela se apresenta como uma manifestação emocional fóbica, que pode chegar a envolver náusea, asco e mal-estar, enquanto no segundo caso, baseia um conhecimento do indivíduo (*gay*, lésbica, bissexual, transgênero) sobre um preconceito que os reduz a um clichê. É o caso, por exemplo, das piadas e insultos que costumeiramente reduzem *gays*, lésbicas ou transgêneros a grotescos personagens de escárnio.

Como a maioria dos atos homofóbicos se subsume a diversos tipos penais disciplinados pelo ordenamento jurídico pátrio, o crime homofóbico, na lição de Leony (2014), será considerado quando praticado por autores não homossexuais, ou homossexuais egodistômicos – que problematizam a sua tendência homossexual a ponto de reprimi-la – contra vítimas com orientação sexual homoerótica ou identidade transgênero.

Garcia (2007), analisando o contexto de brutalidade em que as travestis paulistanas estão inseridas, promove uma comparação de conceitos acerca da violência. Para o autor, além de uma idealidade negativa, oposta, no plano simbólico, a um ideal positivo de paz e justiça, é também um instrumento que abdica dos jogos de linguagem que decorrem nas relações de poder baseadas na persuasão, para se valer do não reconhecimento, anulação ou cisão do outro, como a negação da dignidade da pessoa humana ou a falta de compaixão.

Ainda de acordo com Garcia (2007), a violência contra travestis aparece em diversas conjunturas, estando ela presente nos abusos sexuais e nos espancamentos na infância, na marginalização social, na relação com seus maridos, na interação com clientes, na perseguição policial, nos insultos e ofensas a elas cotidianamente dirigidos, nos processos de transformação corporal rudimentares, nos assassinatos de que eram vítimas frequentes, entre outras. É neste mesmo sentido que apregoa Silva e Barbosa (2005, p. 39):

Violentadas desde a ordem simbólica por terem as oportunidades de inclusão social e estarem inseridas na marginalidade e violentadas muitas vezes, no âmbito físico, seja por policiais ou clientes, seja por grupos homófobos que ocorrem em seus

espaços de trabalho, a elas resta a reação violenta à violência. Esta opção é clara porque se buscassem a proteção do estado, não a teriam, pois sua condição marginal as faz naturalmente desacreditadas e suspeitas.

É possível observar que a violência faz parte do universo travesti, como bem adverte Kulick (2008, p. 47), ao apontar que esta faz parte do eterno pano de fundo destes sujeitos, apesar de ocuparem um espaço estranhamente visível na sociedade brasileira no que concerne ao seu imaginário cultural. Kulick *et al.* (2010, p. 15) assevera que as travestis brasileiras aparecem nas mais exuberantes formas, em especial durante o carnaval, e nos contextos mais proeminentes e mundanos elas são figuras relevantes: um popular programa de televisão que costumava ir ao ar aos sábados à tarde, possuía um quadro em que travestis e transformistas eram julgadas por uma banca de celebridades de acordo com a beleza e com o quão bem dublavam músicas de voz feminina; outro programa semanal estrelava Valéria, uma travesti conhecida; a novela *Tieta* teve a participação especial de Rogéria, uma travesti famosa; Roberta Close ficou conhecida nos anos 1980 como travesti e, no imaginário brasileiro, foi considerada como uma das mulheres mais bonitas do Brasil. Entretanto, pessoas famosas como Roberta Close, Valéria e Rogéria não representam a realidade das travestis brasileiras. “A grande maioria das travestis vivem distante do brilho protetor dos holofotes, e constituem um dos grupos mais marginalizados e desprezados da sociedade brasileira” (KULICK; KLEIN, 2010, p. 16).

Tendo como base as denúncias feitas pelo disque 100, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República desenvolveu o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil no ano de 2012, apontando aspectos sobre os perfis das vítimas, das violações e dos violadores, além de trazer informações acerca dos locais de violação, tipos de discriminação e dados hemerográficos.

A pesquisa registrou cerca de 3.080 denúncias feitas pelo disque 100, de 9.982 violações, 166,09% a mais que o ano de 2012. Dessas violações, 32,27% se mostraram caracterizadas de violência física, com 41 ocorrências de morte. De acordo com os dados hemerográficos, houve 511 violações, das quais 310 eram relativas a homicídios. Esta última revela que as travestis e transexuais se

encontram entre os seguimentos mais vitimizados, uma vez que 51,68% das vítimas pertenciam a essa experiência identitária.

Pode-se perceber que as implicações dos rompimentos normativos acerca do gênero decorrem em violência física e letal. Como podem viver livres travestis e transexuais se não possuem liberdade? Conforme narrado no primeiro tópico, a vida faz parte do principal pressuposto para se gozar de liberdade.

5.2 VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A escola é uma das instituições mais incapazes de lidar com a pluralidade de gênero e sexualidade, funcionando como uma verdadeira guardiã da reprodução reiterada da heterossexualidade compulsória. Diz-se que a escola é um espaço de evasão para travestis e transexuais, mas na verdade, se configura como um espaço de expulsão, tendo em vista que o cotidiano escolar é um local de intolerância alimentada pela homofobia.

Kátia: Na escola, quando me chamavam de veado ou de macho-fêmea, eu chorava, me afastava de todo mundo, não saía para o recreio. Eu só tenho a 3ª série completa. Eu parei em 96 [...] Eu parei de estudar no meio da 4ª série. Notas boas [...] por causa desse preconceito que não aguentava. Não aguntei o preconceito de me chamarem de macho-fêmea, de veado, de travesti, essas coisas todas (BENTO, 2008, p. 208).

Essa fala revela a incapacidade da escola em lidar com a diferença, devendo ser compreendida que essa reprodução de valores hegemônicos também é retrato da regulação de comportamentos de gênero sancionados. A diversidade e a diferença não devem ser pensadas como constituintes posteriores à normalidade, uma vez que as características hegemônicas da humanidade, desde o começo, necessitam delas para surgir. Essa violência cotidianamente reproduzida é o principal instrumento para a produção da identidade legítima como natural. Assim sendo, a violência é uma marca de produção do gênero, e a homofobia é uma prática que organiza relações sociais, distribui poder e regula comportamentos também no espaço escolar (BENTO, 2008).

A homofobia perpassa por todo o ambiente da escola, podendo ser observada nas relações entre alunos, alunos e professores, e entre os próprios professores. A discriminação pela orientação sexual e identidade de gênero é maior que outros tipos de violência, conforme pesquisa realizada em Brasília por Abramovey, Cunha e Calaf (2009) com o intuito de saber quais os tipos de violência se instauraram nesse ambiente.

De acordo com essa pesquisa, 63,1% dos jovens estudantes alegaram já terem visto *gays*, lésbicas, transexuais e travestis sofrerem discriminação, enquanto mais da metade dos professores afirmam já terem presenciado cenas discriminatórias. No que concerne às vítimas desse preconceito, 27,8% afirmaram já serem rejeitados pelo mesmo motivo. Ao contrário dos relatos colhidos nos grupos focais durante o desenvolvimento da pesquisa, a porcentagem de quem sofreu agressão ou insulto pelo motivo de homofobia é de apenas 3,9%. Os autores interpretam isso de três maneiras: a) poucos estudantes se reconhecem como *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis; b) o tema é tabu no Brasil, o que torna difícil a exploração da homossexualidade pelos jovens no questionário; c) a discriminação por roupas usadas pode abarcar preconceitos diversos, inclusive com relação à sexualidade e identidade de gênero. A assunção não precisa ser um requisito para que a homofobia ocorra, o “parecer *gay*” está inserido no contexto dos insultos e humilhações (ABRAMOVEY; CUNHA; CALAF, 2009).

Os meninos que possuem traços delicados e femininos sofrem mais discriminação, principalmente porque a estigmatização passa por um aprendizado do lugar social que ocupam os grupos considerados como hierarquicamente inferiores. A homofobia não se trata apenas de uma interdição e catalogação de identidades legítimas que necessitam das ilegítimas para existir, ela também tem o caráter pedagógico que reserva aos abjetos seus lugares específicos, no caso da sexualidade não heterossexual e da identidade de gênero ininteligível, esse local é o “armário”. O local legítimo do *gay* é dentro do armário; esse é o único lugar em que é aceito. Se não o povoa, sofre discriminação, e essa violência sofrida passa a ser sua culpa. No caso específico da transexualidade e da travestilidade, o “armário” não é, em nenhuma medida, um *locus* de proteção, tendo em vista que a identidade é constituída no próprio corpo por meio da estilização da feminilidade. Nesse sentido, ao contrário da sexualidade que pode ser mantida

em segredo, a experiência *trans* está sempre perpassada pela visibilidade, e é justamente essa sua incapacidade de habitar o único espaço eleito como legítimo que lhe reserva um *status* de extrema vulnerabilidade.

Aqui temos problemas com os homossexuais. É, que tem tendência ao homossexualismo. Que se pintam, quer vir pra escola vestidos de mulher. É, já vieram. Passar batom, se maquiarem. O que acontece [é que] os outros começam a rir. Eles [os homossexuais] se tornam violentos e não aceitam a crítica dos outros. Se comportam de determinada maneira, mas não têm maturidade para arcar com a resposta! (Coordenadora, Grupo Focal com equipe da direção) (ABRAMOVEY; CUNHA; CALAF, 2009, p. 200).

Bento (2006), analisando a pesquisa realizada pela Parada do Orgulho *Gay*, revela que bater em travestis e transexuais é considerado menos violento do que andar armado ou usar drogas. A autora sugere que essa opinião é disseminada entre os alunos em decorrência da patologização da identidade *trans*, que confere poder para que a “assepsia” seja realizada pelas próprias mãos dos indivíduos que convivem com essa experiência. O medo do contágio também é reforçado, tendo afirmado 44,9% dos alunos que não gostariam de estudar com homossexuais.

A discriminação é um fator decisivo para o abandono dos estudos por transexuais e travestis. Além disso, coloca esses indivíduos em um vácuo identitário que sobrevive sob o efeito perverso da alienação e da baixa autoestima (ABRAMOVEY; CUNHA; CALAF, 2009). A natureza que leva uma criança a abandonar a escola para ajudar a família trabalhando, não é a mesma que a de uma criança que abandona a escola por homofobia, por isso a importância de se realizar pesquisas que levem em consideração o gênero e a sexualidade.

Sen (2010a) elege a educação pública de qualidade como um dos meios necessários para a formação dos conjuntos capacitórios que concederão aos indivíduos a possibilidade de escolher funcionamentos que se adequem à vida que valorizam. A educação é importante por ser uma liberdade instrumental de extremo valor para a promoção de outras liberdades. Ela é um instrumento de

empoderamento por possibilitar que os cidadãos recebam informações necessárias para construir *rankings* informacionais que permitirão que escolhas individuais e coletivas possam ser melhores avaliadas. Além disso, o conhecimento acerca dos próprios direitos e obrigações é fundamental para o aprendizado político que prepara as pessoas para exigir políticas públicas voltadas para a concretização de suas liberdades e direitos. A exclusão/expulsão das travestis e dos homens e mulheres transexuais das escolas é uma forma de privá-los de educação, instrumento tão importante para a construção da cidadania.

5.2 VIOLÊNCIA PRIVADA

Ao narrar as histórias de vida das travestis baianas, Kulick (2008) chama a atenção para um fato que faz parte da vida de praticamente todas as travestis com quem teve a oportunidade de conviver: o abandono/expulsão do lar.

O autor narra que ainda meninos, no período da adolescência, essas travestis se deparam com a homossexualidade, passando a assumir, em seguida, nomes femininos. O processo de feminilização se constitui no próximo passo, e esse é o momento decisivo para que os conflitos familiares comecem a ocorrer em decorrência da discriminação homofóbica.

Nessa fase, muitas travestis optam pelo abandono do lar, como Mabel, que aos 14 anos resolveu sair de casa por conta da discriminação executada por seu irmão: “De repente ele me xingava, me maltratava, me agredia, me batia [...] ele chegou a me levar a um bordel, me levou para a zona, na tentativa de que eu tivesse relação com mulher” (KULICK, 2008, p. 79).

Entretanto, muitas travestis não têm a chance de decidir. É comum os relatos de expulsão violenta por parte das famílias quando descobrem a homossexualidade, ou quando começam os processos de mudança corporal, conforme narra Tina à Kulick (2008, p. 80):

Claro que eu lembro. Sabe o que eu fiz? contei para minha mãe e meu pai. E eles me colocaram pra fora de casa. Daí eu disse: não vou sair dessa casa; vou ficar. E você sabe o que ele [o pai] fez, numa sexta feira? [risos]. Ele chamou um cami-

nhão de mudança, levou tudo o que tinha, e foi embora, me deixando em casa. Levou os móveis, tudo.

O Relatório Acerca da Violência Homofóbica do Governo Federal revela que esse tipo de violação não acontece somente no espaço público, tendo 38,63% das violações praticadas em ambiente privado. Outrossim, foram notificados 215 casos de negligência, sendo que desses, 55,81% se configuraram como negligência de amparo e responsabilização.

Em geral, presume-se que o ambiente privado é um *locus* de proteção, ao contrário da rua, que é o momento em que os indivíduos estão expostos a tipos específicos de violência. Entretanto, no caso da travestilidade e da transexualidade, a casa é um local também de discriminação e violência, e desde cedo, travestis e transexuais vivenciam a hostilidade familiar ao invés de receberem a proteção que crianças e adolescentes necessitam como pessoas em desenvolvimento.

Fora de casa, fora da escola, longe da família, as travestis e transexuais ficam muito mais vulneráveis à violência, e muito mais distantes de todos os meios necessários para o empoderamento político fundamental para suas emancipações.

6 CONCLUSÃO

Conforme foi visto, o desenvolvimento não é medido apenas pelo critério econômico, ou seja, pela análise do aumento de renda, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social; se o sentido intrínseco do desenvolvimento é a ampliação de liberdade de seus cidadãos, então a avaliação de sua eficácia deve estar pautada na sua razão de ser. Nesse sentido, o desenvolvimento de determinado Estado dependerá da remoção das principais fontes de necessidades, tais quais a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades, intolerância, repressão estatal, dentre outras, para que possa se materializar na capacidade de agente, de forma que os indivíduos possam ter a vida que valorizam.

Questionamos se o gênero seria útil para a avaliação do desenvolvimento, tendo em vista que se trata de uma categoria que cria, classifica e hierarquiza papéis sociais, a partir dos quais surgem conflitos ligados à diminuição de vidas e restrições de liberdades substantivas. Para tanto, analisamos violações de

direitos humanos sofridas por travestis e transexuais em decorrência da constituição identitária feminina contrastante com as normas de gênero que determinam a obrigatoriedade do engendramento da subjetividade em consonância com a materialidade aparente do corpo. Se a identidade sexuada e de gênero é a origem da negação que gera o âmbito da abjeção, travestis e transexuais só ganham vida para em seguida serem mortas pelas violências físicas e simbólicas cotidianamente reiteradas pelo mundo heterossexual e heterossexista.

Como pôde ser visto, as *transex*periências sofrem com a violência de gênero em vários contextos: dentre a população LGBT, nas ruas, são as que mais sofrem violências físicas e fatais; nas escolas são excluídas compulsoriamente pelos insultos; e em casa são expulsas pela rejeição familiar.

Ora, se o desenvolvimento é medido por meio do grau de liberdade que um indivíduo possui e no seu potencial para cuidar de si e das questões que importam para todo o processo de desenvolvimento; e se o gênero é ele mesmo uma categoria que influencia na manutenção da vida, do empoderamento através da educação e na capacidade de gerar renda, deve ser levado em consideração para a avaliação do desenvolvimento a fim de que sejam compreendidos seus conflitos para que também nesse contexto as injustiças sociais sejam combatidas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVEY, Miriam; CUNHA, Ana Lúcia; CALAF, Priscila Pinto.

Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita. O corpo e o gênero da travesti**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**. Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

_____. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. **Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil:** ano de 2012. Brasília, DF, 2012.

BUTLER, Judith. **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”.** In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R .B. **A Violência Letal contra Homossexuais no Município do Rio de Janeiro:** características gerais. Disponível em: <www.ciudadaniasexual.org/publicaciones/1b.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

COSTA, Jurandir F. **Violência e psicanálise.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUQUE, Tiago. **Montagem e desmontagem:** desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, v. 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2009.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edição Graal, 2010.

GARCIA, Marcos Vieira Roberto. **Dragões: gênero, corpo e violência na formação da identidade entre as travestis de baixa renda.** Tese (Doutorado – Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2007.

KULICK, Don. **Travesti, prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

KULICK, Don; KLEIN, Charles. **Escândalo: A política da vergonha em meio às travestis brasileiras.** Anales N. E., 2010.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Entre a ausência de estatística oficial e o assassinato por ódio: o problema da homofobia no Brasil. **Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 set. a 3 out. 2008.

LEITE, Jorge Jr. **Nossos corpos também mudam.** A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo, Annablume, 2011.

LEONY, Márcio de Carvalho. **Homofobia, controle social e políticas públicas de atendimento.** Disponível em: <<http://bit.ly/2n4WM16>>. Acesso em: 01 jan. 2014.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/Adriana01.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015:** o trabalho como motor do desenvolvimento humano. Nova Iorque: PNUD, 2015.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria *queer***. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Trad. de Bernardo Ajzenberg; Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

SILVA, Alessandro Soares da; BARBOZA, Renato. Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis. **Athena Digital**, Barcelona, n. 8, p. 27-49, 2005.

SILVA, Hélio R. S. **Travestis, entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SMIGAY, Karina Ellen Von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Dispositivos de dor**: saberes – poderes que conformam as transexualidades. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Correspondência | Correspondence:

Tuanny Soeiro Sousa

Av. Colares Moreira, 443, Renascença II, CEP 65.075-441. São Luís, MA,
Brasil.

Fone: (98) 98202-1193.

Email: tusoeiro@hotmail.com

Recebido: 13/11/2015.

Aprovado: 23/02/2017.

Nota referencial:

SOUSA, Tuanny Soeiro. Desenvolvimento, liberdade e gênero:
experiências *trans*. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 19, n. 1, p. 291-
319, jan./abr. 2017. Quadrimestral.